

Congresso aprova créditos de R\$ 18,8 bi

O Congresso Nacional aprovou ontem 24 pedidos de abertura de crédito adicional ao Orçamento de 2008, no valor total de R\$ 18,8 bilhões. Empresas do grupo Petrobras e vários órgãos da administração federal se beneficiaram das deci-

sões. O deputado José Carlos Aleluia criticou a obtenção de recursos com remanejamento de verbas da segurança pública. O senador Paulo Paim condenou a aplicação de verbas da seguridade social no Orçamento fiscal da União. **8**



Jonas Pereira

Romero Jucá destaca importância de se evitar conflito entre os Poderes



Leopoldo Sá

Entre os deputados Osmar Serraglio (E) e Mendes Ribeiro, Garibaldi preside sessão do Congresso Nacional

Jucá acredita em acordo sobre MP das Filantrópicas

Líder do governo busca solução que evite julgamento de recurso na CCJ contra decisão de Garibaldi de devolver medida

A possibilidade de mudanças na medida provisória ou a apresentação de projeto de lei sobre a certificação de entidades filantrópicas foi admitida ontem pelo líder do governo, Romero Jucá. Ele tenta solucionar o impasse decorrente da devolução da MP das Filantrópicas ao Executivo, feita na quarta-feira pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. Já o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Marco Maciel, disse que o recurso interposto por Jucá contra a decisão de Garibaldi poderá ser julgado pela CCJ na próxima quarta-feira. Garibaldi elogiou ontem a disposição do governo em dialogar sobre a medida provisória. **3**

Pelo fim da violência contra a mulher

A campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres foi lançada na Comissão de Direitos Humanos. **7**



Nilcéa Freire e Paulo Paim participam do lançamento da campanha contra a violência

Comissão aprova criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste **2**

Magno Malta espera que Lula sancione projeto que combate a pedofilia **6**

Senado lança pacto por cidadania na infância

O Senado lançou ontem o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, em sessão especial proposta por Fátima Cleide, Marisa Serrano, Wellington Salgado, Flávio Arns, Valter Pereira, Sérgio Zambiasi e Renato Casagrande. O objetivo do documento é fazer com que brasileiros e organizações ligadas aos direitos humanos e à educação promovam ações que incentivem as crianças de seis a 13 anos a defenderem seus direitos. **4 e 5**



JFretas

Sessão especial teve a presença de alunos de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e de Goiás

Proposta de criação de instituição financeira, prevista nas disposições transitórias da Constituição, foi aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo



Mozarildo Cavalcanti (E), Gilberto Goellner e Valter Pereira discutem projeto, que deve beneficiar os estados da região

Centro-Oeste pode ter um banco de desenvolvimento

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o projeto que cria o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. A instituição, que será vinculada ao Ministério da Fazenda, vai atuar como agência de fomento da região, na forma de sociedade anônima de capital fechado, sob controle acionário da União e supervisão e fiscalização do Banco Central.

A proposta (PLS 303/08), em forma de substitutivo, segue agora para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

A proposta teve origem em projeto de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que criava a Agência de Fomento para o Centro-Oeste S.A. como instrumento para estimular o desenvolvimento econômico e social, além de atrair e harmonizar ações e investimentos nos quatro estados da região.

Por iniciativa do relator da matéria, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), com auxílio de técnicos do Senado e do Poder Executivo, a agência tomou a forma



Lúcia Vânia é autora do projeto, que será agora examinado pela Comissão de Justiça

de banco de desenvolvimento, cuja criação está prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta Magna. Lucena elaborou o substitutivo, subscrito pelos senadores da região Centro-Oeste, que foi lido na reunião de ontem pelo relator ad hoc, Gilberto Goellner (DEM-MT).

A presidente da comissão, Lúcia Vânia, anunciou que deverá ser realizada na terça-feira audiência pública com a presença dos quatro governadores do Centro-Oeste – Blairo Maggi, de Mato Grosso; José Roberto Arruda, do Distrito Federal; Alcides Rodrigues, de Goiás; e André Puccinelli, de Mato Grosso do

Sul. A reunião servirá para debater os projetos de desenvolvimento dos estados que administram. A confirmação da data da audiência depende de marcação de encontro que os governadores terão com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Foz do Iguaçu

A CDR também examinou proposta (PLS 13/07) que cria área de livre comércio em Foz de Iguaçu (PR), de autoria de Osmar Dias (PDT-PR). O relatório elaborado João Pedro (PT-AM) foi lido por Valter Pereira (PMDB-MS), nomeado relator ad hoc do projeto. O texto pede o sobrestamento da matéria até que seja votado o Projeto dos Sacoleiros (PLC 27/08), que institui o Regime Tributário Unificado para o comércio, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

O colegiado aprovou pedido de vista da matéria, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que alegou não concordar com o encaminhamento do relator.

Cristovam pede que governadores desistam de ação

Cristovam Buarque (PDT-DF) informou ter recebido do ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa – relator da ação direta de inconstitucionalidade de cinco governadores questionando a validade da lei que criou o piso nacional dos professores – a promessa de uma decisão rápida.

O piso, no valor de R\$ 950, foi criado pela Lei 11.738/08, mas está sendo contestado no Supremo pelos governos de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará. Cristovam, que integra uma frente parlamentar em defesa do piso, disse considerar



Cristovam aguarda decisão rápida sobre ADI contra piso de professores

impróprio que uma medida tão importante para a educação esteja sendo questionada por administrações estaduais.

– São estados que podem pagar, até mais que outros que concordam com o piso. Peço aos governadores desses estados que retirem a ação [ADI 4.167] – disse o senador, lembrando que os governadores estarão hoje com o ministro Barbosa.

Flexa Ribeiro diz que Ana Júlia omite informação

A forma como a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, tem divulgado os dados relativos ao crescimento do produto interno bruto (PIB) do estado foi criticada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Na avaliação do senador, a governadora se apropria dos resultados obtidos no governo anterior, do PSDB.

De acordo com Flexa Ribeiro, Ana Júlia informa que o PIB do estado teve a terceira maior taxa de crescimento entre todas as unidades da Federação (7,11%) – de fato, observa ele, a economia paraense passou de R\$ 39,25 bilhões, em 2005, para R\$ 44,3 bilhões, em 2006, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O que a governadora nega, disse o senador, é que o PIB do Pará quase quadruplicou nos 12 anos de governo do PSDB, tendo passado de pouco mais de R\$ 11 bilhões para os R\$ 39,25 bilhões de 2005.

Segurança

Flexa Ribeiro afirmou ainda que, decorrido um ano do escândalo de uma jovem de 15



Flexa Ribeiro: governadora se apropria de conquistas do PSDB

anos presa com homens em uma cela em Abaetetuba (PA), “nada foi feito”. A menina e seu pai tiveram de mudar do Pará, incluídos no programa de proteção a testemunhas do governo federal. O senador lembrou que há quase um ano a governadora anunciou a liberação de aproximadamente R\$ 90 milhões de recursos do governo federal para ações no sistema de segurança pública paraense, mas a única medida tomada foi a demolição da cadeia na qual a menina se encontrava presa.

– A criminalidade, em vez de melhorar, recrudescer. Para piorar, os policiais do estado entraram em greve este mês – disse.

Flexa Ribeiro afirmou que o governo estadual patrocina publicidade enganosa, na qual informa que investiu R\$ 241 milhões na segurança pública do Pará neste ano.

Homenagem à Bossa Nova tem show de Aldécio

O cantor brasileiro Aldécio e o quarteto formado por Nelson Ribeiro (voz), Borel (percussão), Helena (flauta) e Misa-el (violão) apresentaram seu trabalho ontem à noite em show no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis. O espetáculo integra a seqüência de apresentações promovidas pelo Senado em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova.

As comemorações do aniversário da Bossa Nova, que começaram em agosto, fazem parte da programação do

Ano Cultural do Senado Artur da Távola, que também já homenageou escritores como

Guimarães Rosa e Rachel de Queiroz e vai homenagear outros, como Machado de Assis.



Aldécio e quarteto se apresentam no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão em Plenário é não-deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Jayme Campos (DEM-MT), Augusto Botelho (PT-RR) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Oficinas encerram hoje a 1ª Semana da Infância

Oficinas, jogos e atividades lúdicas encerram hoje a 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, uma iniciativa da Presidência do Senado. Entre os temas dos encontros estão “Direitos do coração”, “Valores humanos no dia-a-dia”, “Educação em valores humanos” e “O olhar do palhaço”. As atividades ocorrerão nas dependências do Interlegis, a partir das 8h30.



"Medida provisória era contra a opinião pública", afirma Mão Santa

Mão Santa aplaude decisão de Garibaldi

O senador Mão Santa (PMDB-PI) saudou ontem a devolução ao Executivo, pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, da MP das Filantrópicas.

– A medida provisória era contra a opinião pública, pegou logo o apelido de "pilantrópia". Já havia sido excomulgada pela opinião pública. Não podíamos nos sujeitar a isso. Esta Casa é para fazer leis boas e justas – assinalou.

Em seu discurso, Mão Santa disse ainda que, em telefonema trocado com Paulo Brossard, o ministro da Justiça do governo José Sarney teria afirmado que os senadores precisam apoiar a decisão de Garibaldi.

Encontro de cortes supremas do Mercosul

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou, na noite de ontem, da solenidade de abertura do 6º Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes do Mercosul e Associados, no Palácio do Itamaraty em Brasília. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, fez o discurso inicial, dando as boas-vindas aos presentes.

Também compareceram à cerimônia o ministro de Relações Institucionais da Presidência da República, José Múcio; o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; e o secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro, entre outras autoridades.

Devem participar do encontro magistrados do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e observadores das cortes da Bolívia, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) está representada por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Representantes da África do Sul e da Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza) também participam.

As palestras e debates serão realizados hoje no Supremo Tribunal Federal. O primeiro painel tem como tema "Questões Administrativas e Substantivas". Já o segundo trata da criação do "Mandado de Captura do Mercosul".

Senador informa que deverá indicar até terça-feira o relator do recurso interposto pelo líder do governo contra decisão do presidente do Senado de devolver medida provisória ao Poder Executivo

Maciel diz que CCJ pode decidir sobre MP das Filantrópicas na quarta-feira

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), acredita que o colegiado poderá deliberar na próxima quarta-feira sobre requerimento contestando decisão do presidente do Senado, Garibaldi Alves, de devolver à Presidência da República a medida provisória que dispõe sobre a certificação de entidades filantrópicas.

Em entrevista aos jornalistas, Maciel disse que indicará até terça-feira o relator da matéria na CCJ. O recurso à decisão de Garibaldi foi apresentado na última quarta-feira pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), após o anúncio do presidente da Casa de que devolveria a MP ao Executivo, por considerá-la inconstitucional.

A Medida Provisória 446/08, conhecida como MP das Filantrópicas, vem sendo criticada pela oposição por anistiar instituições sob suspeita de fraude.



Segundo Marco Maciel, questão deve ser "examinada com cuidado", por envolver relação entre Executivo e Legislativo

Com o recurso, a matéria foi enviada à CCJ, que opinará sobre a constitucionalidade da decisão tomada por Garibaldi. Após o exame na comissão, o posicionamento final sobre o assunto ficará a cargo do Plenário do Senado.

Maciel informou que aguarda informações da assessoria técnica do Senado e que tem buscado ouvir as lideranças da Casa. Conforme observou, trata-se de uma questão que deve ser "examinada com cuidado", por envolver a relação do Legislati-

vo com o Executivo.

– Acredito que possamos encontrar uma solução que resguarde as instituições. O processo democrático é um processo de administração de conflitos, sempre resolvidos de forma pacífica – ressaltou Maciel.

Jucá acredita em acordo antes de votação do recurso

O líder do governo, Romero Jucá, manifestou ontem sua expectativa de que seja possível estabelecer um acordo para modificar a MP das Filantrópicas antes que seja revista, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a decisão do presidente do Senado, Garibaldi Alves, de devolver a medida provisória ao Executivo.

Mesmo admitindo a possibilidade de a MP ser substituída por um projeto de lei, Romero Jucá considerou como alternativa plausível um acordo com os líderes partidários no Senado pelo qual sejam admitidas apenas modificações na redação do texto



Jucá: o ideal é que não se estabeleça confronto

atual, retirando os dispositivos considerados inaceitáveis pela oposição. De acordo com seu entendimento, o ideal é que não se estabeleça um confronto nem com o presidente do Senado e

nem com a Mesa.

– O que é fundamental agora é fazer as modificações, construir a nova redação da MP ou do dispositivo que renova a autorização e a licença dessas instituições e ter a aprovação da maioria do Senado – afirmou ele, considerando secundária a questão da definição do tipo de proposição para tratar do tema.

Renovação

Garibaldi Alves alegou razões constitucionais e regimentais para enviar a medida provisória de volta ao Executivo. Um dos principais aspectos da MP questionados pela oposição

se refere a dispositivo que prevê a renovação automática dos pedidos de renovação de certificados de filantropia mesmo para entidades que cometeram algum tipo de irregularidade.

– Nós queremos evitar o confronto porque, com relação à posição do presidente Garibaldi, entendemos que, de certa forma, não há nenhum tipo de consequência maior – disse Jucá.

A busca de entendimento junto às lideranças do governo e da oposição, segundo Romero Jucá, visa construir uma saída que possa "pacificar esse tema e fazer justiça às entidades que estão atuando bem e punir as entidades que estão atuando mal".

Garibaldi elogia disposição do governo para o diálogo

Depois de presidir parte da sessão conjunta do Congresso Nacional, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, elogiou a disposição ao diálogo por parte do governo federal em relação à Medida Provisória das Filantrópicas.

Garibaldi considerou boa a intenção do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de apresentar na próxima semana projeto de lei regulamentando o processo de certificação de entidades filantrópicas, pondo fim ao impasse.

– É possível que tenhamos assim um bom caminho. Falar de projeto de lei em vez de medida provisória é sempre uma boa notícia – afirmou o presidente do Senado, acrescentando que, de qualquer

forma, as lideranças partidárias precisarão ser consultadas.

Segundo Garibaldi, a devolução da MP das Filantrópicas não criou uma crise político-institucional com o governo, significando apenas uma

prerrogativa do Legislativo de devolver uma iniciativa que não atendia aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

– Essa medida provisória, além de inconstitucional, é ino-

portuna. E, a não ser que seja modificada, não temos outro caminho a não ser fazer o que fiz. Isso não pode ser objeto de manipulação pelo Executivo. Há muito tempo, o Executivo está extrapolando. Isso é uma coisa séria – assinalou.

Solução

Em face da informação de que o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Múcio, declarou que cabe agora ao Senado uma solução para as entidades filantrópicas, Garibaldi disse que a Casa não tem condições de fazer isso.

– O Senado não tem nenhuma informação a esse respeito. Não tem nada a dizer às instituições filantrópicas. Quem tem os dados para a certificação delas é o governo.



Para Garibaldi, medida provisória é "inconstitucional e inoportuna"

Paim comemora aprovação de cotas para escola pública pela Câmara

Pela proposta, 50% das vagas das universidades públicas ficarão para alunos que tenham cursado o ensino médio também em estabelecimentos públicos. Cristovam adverte que medida não atende os mais pobres

O SENADOR PAULO Paim (PT-RS) comemorou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 73/99, que reserva no mínimo 50% das vagas nas universidades públicas federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. A proposta destina metade das vagas reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 salário mínimo (R\$ 622,50). A outra metade deverá ser preenchida por alunos negros, pardos e indígenas, na proporção de ocorrência dessas etnias no estado em que a instituição de ensino estiver localizada.

Porém, ao lembrar a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, Paim disse que ainda está "chateado", porque a Câmara dos Deputados não aprovou neste ano o Estatuto da Igualdade Racial, matéria de sua autoria. Ele fez um apelo para que a Câmara aprove o projeto (PL 6.264/05) ainda em novembro, para que o Senado possa votar antes do final do ano.

Paim lembrou que 20 de novembro foi escolhido como Dia da Consciência Negra



Senador lamenta que deputados não tenham aprovado ainda Estatuto da Igualdade Racial

para homenagear o líder do Quilombo de Palmares, Zumbi, assassinado pela Coroa portuguesa na mesma data, em 1695. A ideia, de acordo com ele, foi de um grupo de descendentes de escravos que se reunia em Porto Alegre em plena ditadura militar para discutir a situação dos negros no Brasil.

– Nessas conversas, concluíram eles que 13 de maio, Dia da Abolição da Escrava-

tura, assinada pela Princesa Isabel em 1888, não tinha o significado da causa específica do povo negro. Era preciso, então, encontrar uma nova data para reverenciar a luta da população negra brasileira e enaltecer sua participação na sociedade. Nascia, assim, o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, data de evocar a figura de Zumbi e o Quilombo de Palmares – contou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse, em aparte, que a luta pela igualdade racial é justa. Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que está preocupado com emendas ao projeto das cotas que não beneficiarão os pobres, como a cota para pessoas de baixa renda, porque a maioria delas não termina o ensino médio e, assim, ficam impossibilitadas de ingressar nas universidades brasileiras. Na avaliação de Cristovam, isso poderá levar a uma acomodação na luta pela melhoria da escola pública. O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), por sua vez, disse que, em vez de revirar o passado em busca de injustiças, seria melhor investir na educação.



José Nery mostra dados indicando que afrodescendentes ganham menos que brancos

João Pedro clama por uma sociedade plural

Ao homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, o senador João Pedro (PT-AM) observou ontem que a chamada "democracia racial brasileira" ainda não é uma realidade, dadas as condições em que ainda vive a maioria da população negra no país. João Pedro pregou o ideal de uma sociedade "plural e diversa", mas lembrou que esse ideal constitui-se em desafio permanente pelo rompimento com o racismo, o preconceito e a desigualdade social.

O parlamentar lembrou que a opressão racial atinge as demais minorias étnicas.

– Mais importante que a cor é saber quem está disposto a lutar contra o racismo e suas consequências para os negros e demais etnias – argumentou o senador amazonense.

João Pedro explicou ainda que a data de 20 de novembro, dia em que se celebra a morte de Zumbi dos Palmares, em 1695, condiz mais com a luta autônoma e carregada de sentido político dos afrodescendentes. O 13 de maio, anteriormente considerado o Dia da Libertação dos Escravos, está ligado à ideia de que realmente a abolição concedida pelos brancos escravocratas foi um ato justicista.

– A luta dos negros pela liberdade plena ainda não terminou. O 13 de maio perdeu o sentido e agora é um dia nacional da luta contra o racismo, adequando-se à revisão histórica dos fatores que pressionaram a assinatura da Lei Áurea – disse João Pedro.

O senador citou dados que mostram a situação precária em que vivem, os afrodescendentes no Brasil: o rendimento médio dos homens brancos é quase duas vezes e meia maior que o de homens negros, e quase quatro vezes maior que o das mulheres negras; e o desemprego atinge com maior incidência a população negra residente nas regiões metropolitanas.

Os negros são ainda as maiores vítimas de chacinhas e de outras formas de violência urbana, conforme o senador. Além disso, as crianças negras são as que mais morrem antes de completar um ano de idade.



Campos cita números do IBGE e diz que luta contra preconceito ainda está por ser vencida

Jayme Campos presta apoio a Dudu Nobre

Ao registrar também a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, o senador Jayme Campos (DEM-MT) repudiou o ato de racismo de que teriam sido vítimas o sambista brasileiro Dudu Nobre e sua esposa, a dançarina Adriana Bombom, por tripulantes da companhia aérea American Airlines. Conforme foi divulgado na imprensa, o casal teria sofrido agressões verbais pelos funcionários da companhia quando retornava ao Brasil, num voo que partiu de Nova York com destino ao Rio de Janeiro.

– O racismo não é lícito e tampouco moral. Tais fatos devem ser apurados com rigor pela Polícia Federal por se tratar de um crime vergonhoso, previsto em nosso Código Penal – afirmou.

Campos assinalou que muito já se fez para combater o racismo, mas, a seu ver, a luta contra a discriminação racial ainda está por ser vencida. Ele citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que constatam que 13,4% dos habitantes que possuem curso superior são brancos e apenas 4% são negros. Além disso, prosseguiu, dos 14 milhões de analfabetos, nove milhões são negros ou pardos.

O senador disse ainda que a diferença nos rendimentos médios percebidos por negros e pardos, em relação aos brancos, chega à casa dos 50%. A mesma tendência, acrescentou, se constata nos grupos com escolaridade superior, onde o negro recebe até 40% menos por hora trabalhada.

Documento – dirigido a todos que defendem os direitos humanos e a educação pelo desenvolvimento sustentável – é um compromisso de conduta pela promoção de ações que incentivem as crianças entre seis e 13 anos a exercerem a cidadania, sendo elas mesmas protagonistas das iniciativas em defesa de seus direitos



Fátima Cleide e Alvaro Dias, durante sessão especial que contou com a presença de alunos de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e de Goiás, enaltecem documento pela promoção do exercício da cidadania pelas crianças



Senadores lançam pacto global pela infância

COM A PRESENÇA de alunos de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e de Goiás, o Senado realizou ontem sessão especial para o lançamento do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância. O documento é dirigido "a todos os que estiverem comprometidos com os direitos humanos e a educação pelo desenvolvimento sustentável". A ideia é promover ações que incentivem as crianças entre seis e 13 anos a exercerem a cidadania, sendo elas mesmas protagonistas das ações em defesa de seus direitos.

Primeira signatária do requerimento para a realização da sessão, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) deu ênfase, em seu discurso, à importância da educação, que, em sua avaliação, deve ser uma política de Estado, e não de governo. Fátima Cleide considerou lamentável que alguns governadores tenham se colocado contra o piso salarial nacional dos professores, que, opinou, "não é um direito trabalhista dos professores, é um direito das nossas crianças de acesso

à educação de qualidade".

A senadora lembrou que a discussão na esfera internacional sobre os direitos das crianças teve início em Genebra (Suíça), em 1924. Somente depois da criação das Nações Unidas (ONU) e das suas subsidiárias, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a questão, segundo ela, envolveu de fato os Estados de forma institucional. – Em 1959, é aprovada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, e em 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, obrigando os Estados signatários a promover, garantir e proteger direitos ligados aos temas de saúde, educação, igualdade e proteção – registrou.

Negligência

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) observou que, "em condenável frequência", há negligência não só em relação à educação das crianças, mas também

ao acesso delas ao mundo lúdico e à segurança. Ele acrescentou que ainda persistem a violência, as elevadas taxas de mortalidade, o abandono e a exploração do trabalho infantil.

– Iniciativas como a de lançar este 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância vêm se somar a uma cadeia de ações que têm o macroobjetivo de mudar os rumos do tratamento que a sociedade brasileira vem, historicamente, destinando às nossas crianças – declarou o senador, que presidiu a sessão.

Também propuseram a sessão Marisa Serrano (PSDB-MS), Wellington Salgado (PMDB-MG), Flávio Arns (PT-PR), Valter Pereira (PMDB-MS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES). A principal entidade promotora do pacto é a Organização pela Preservação Ambiental (OPA), sediada no Gama (DF). O pacto tem base jurídica e social nos seguintes textos: Agenda 21 Global; Carta da Terra; Constituição de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção sobre os Direitos da Criança.

Arns: leis, orçamento e políticas públicas precisam contemplar crianças

"Se queremos ter uma sociedade mais saudável em todos os aspectos, é fundamental que tenhamos uma boa legislação, com orçamento e políticas públicas bem definidas para atender a criança desde antes da sua concepção – por meio de

cuidados com a saúde da mulher –, compreendendo toda a gestação e ainda no decorrer da primeira infância." Essa é a opinião de Flávio Arns (PT-PR), que abriu o terceiro e último dia de palestras e debates da Semana de Valorização da Primeira

Infância e Cultura da Paz. O senador afirmou que o Congresso Nacional se inspirará nas discussões e conclusões do evento para elaborar uma legislação sobre o tema.

Arns também destacou os cuidados com a criança nos primeiros seis

anos de vida – com alimentação; vacinas; desenvolvimento cognitivo e funções superiores, relacionadas aos sentidos, à atenção, à percepção, à memória, à linguagem e a conceitos passados por pessoas mais experientes. Segundo o senador, atender a

essas necessidades nada tem a ver com fazer parte de uma classe econômica mais ou menos favorecida, mas simplesmente com a existência de políticas públicas voltadas para o atendimento às necessidades dessas crianças.

Psicólogo ressalta importância das creches

"A creche é um continente, um universo que promove uma construção da rede de cuidados sobre toda a família. Tem a função de educar, conduzir ao exterior, otimizar a criança para que ela possa desenvolver seu próprio ponto de vista", definiu o psicólogo clínico e psicanalista uruguaio Víctor Guerra.

Em palestra na 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, o psicólogo disse que as creches têm que permitir a narrativa corporal, a subjetivação da criança, que é o seu desenvolvimento cognitivo, por via corporal e da fala.

Já a deputada estadual Iraê Lucena (PMDB-PB), vice-presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente da Paraíba, enfatizou a importância de uma parceria entre parlamentares, que propõem as leis, e as entidades e estudiosos dedicados às crianças, que fornecem subsídios. Ela lembrou que tão importante quanto fazer leis "é tirá-las do papel".

Na opinião do psicanalista Isabel Kahn Marin, é fundamental que as creches não somente acolham as crianças, mas também as suas famílias, para melhor compreender o universo desses pequenos indivíduos.

Já a professora Telma Scott abordou o tema "O ambiente como terceiro educador". Para ela, é essencial que as escolas disponibilizem espaços para que as crianças possam expandir sua criatividade.

Os pontos positivos e negativos dos abrigos foram destacados pela mestre em Psicologia Shyrlene Nunes Brandão. "É fundamental procurar amenizar os fatores de risco e trabalhar a reintegração familiar dessa criança, para que os fatores de proteção do abrigo não superem os fatores de proteção da família", aconselhou.

Senador considera justa a atualização de aposentadorias e pensões em número de salários mínimos



Valter Pereira defende isonomia entre inativos

"A falta de isonomia entre a remuneração dos trabalhadores da ativa e a de aposentados e pensionistas" foi apontada por Valter Pereira (PMDB-MS). O senador disse que não há isonomia nem mesmo entre os inativos, uma vez que os 16 milhões que ganham um salário mínimo tiveram reajuste de 115% acima da inflação, enquanto os outros 8 milhões que ganham acima do valor do mínimo amargam perdas de 49% em relação à inflação.

Valter ressaltou que "aposentados e pensionistas não são meros assistidos do governo: são segurados de um sistema previdenciário, com benefícios conquistados duramente". Em sua opinião, os benefícios devem ser pagos com base nos salários que recebiam quando efetivaram as contribuições, uma vez que era esse o contrato vigente à época.

O senador afirmou que "vozes das mais influentes se levantaram para chamar os senadores de levianos", por haverem aprovado o PL 58/03, que atualiza os valores pagos em aposentadorias, e o autor da matéria, Paulo Paim (PT-RS), "foi chamado de irresponsável".

– Essa heresia, de certa forma, já foi reparada com a vigília cívica – frisou, lembrando a sessão de terça-feira, que só terminou às 6h de quarta.

Mozarildo defende uma "devassa" – segundo ele já determinada por Lula – na Funasa, "o câncer do país"



Mozarildo aponta "roubalheira na saúde"

A permanência do coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) Marcelo Lopes no cargo foi criticada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador mostrou exemplar do jornal *Roraima Hoje* de 1º de novembro com uma foto na qual o coordenador da Funasa aparece sendo preso pela Polícia Federal.

Lopes, enfatizou Mozarildo, "foi candidato a deputado federal, secretário municipal de Saúde na gestão da prefeita Teresa Jucá e indicado para o cargo pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), marido da ex-prefeita". – Como médico, me revoltou de ver essa roubalheira na saúde – afirmou, lembrando que o coordenador anterior também foi preso pela PF.

Mozarildo disse ter esperança que a "devassa" na Funasa, determinada pelo presidente Lula ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, identifique as várias fraudes já averiguadas no órgão pela CPI das ONGs. Citou o caso do Conselho Indigenista de Roraima que, segundo o senador, só no governo Lula já recebeu R\$ 50 milhões.

– A Funasa é o câncer do sistema de saúde do país – declarou Mozarildo, manifestando-se contrário à extinção do órgão, o que, para ele, "seria punir os bons funcionários que lá estão".



O uruguiaio Víctor Guerra (E); o senador Flávio Arns e o neonatologista Laurista Corrêa Filho



Foto: Gerardo Viegas

Tião Viana alerta para gravidade da hepatite delta

Tião Viana: hepatite D é uma das doenças mais negligenciadas do mundo

O senador Tião Viana (PT-AC) aplaudiu a decisão da Secretaria de Vigilância à Saúde de incluir a hepatite delta – ou hepatite D – nas discussões das diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde. Ele considera que a decisão representa um passo decisivo para combater a doença, que atinge, basicamente, a Amazônia Ocidental.

Ao ler da tribuna o documento intitulado

Carta de Salvador, de autoria do médico e especialista em hepatologia Raimundo Paraná – um alerta para a expansão da doença –, Viana afirmou que a hepatite delta, também conhecida por febre negra de Lábrea, é uma das doenças mais negligenciadas no mundo. O motivo, observou, é que tanto a Europa quanto os Estados Unidos deixaram de se preocupar e de investir no combate à doença, por considerá-la sob controle.

Tião Viana, que é médico, informou, com base na carta do hepatologista, que as por-

tarias sobre hepatite do Ministério da Saúde não possuíam um parágrafo sequer sobre a doença, considerada um caso único entre as viroses humanas, já que é um vírus parasita de outro. Quer dizer: o delta só infecta pacientes já infectados pelo vírus da hepatite B.

Viana anunciou que as autoridades europeias retomaram as suas preocupações com o vírus diante do fato de imigrantes da Turquia, da Rússia, da Romênia, da Bulgária e da Hungria estarem levando de volta a hepatite D à Europa Ocidental.

Jarbas deixa relatoria da PEC dos Vereadores

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) anunciou a desistência da relatoria da Proposta de Emenda à Constituição 20/08, conhecida como PEC dos Vereadores, que, entre outras modificações, aumenta o número de vereadores em mais de 7 mil. Ele apontou a falta de consenso em torno da matéria como um dos motivos para o pedido de redistribuição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e sugeriu que seu teor seja discutido num projeto de reforma política.

– Ao analisar o mérito da proposição, constatei que a melhor maneira de encontrar uma solução definitiva para o assunto que contasse com o mínimo de consenso das duas Casas do Congresso Nacional seria incluí-la como parte da reforma política – afirmou.

Jarbas Vasconcelos disse ter procurado lideranças políticas nas últimas semanas para tratar da análise da matéria, quando constatou “a falta de consenso tanto em relação ao mérito quanto ao prazo”. O senador também citou a possibilidade de que vários dispositivos da PEC poderiam suscitar contestações junto ao Supremo Tribunal Federal caso o texto aprovado pela Câmara dos Deputados seja ratificado pelo Senado.



Foto: Moreira Matiz

Jarbas Vasconcelos diz que matéria não tem consenso entre senadores

Malta espera sanção de Lula a projeto contra pedofilia

Presidente de comissão parlamentar de inquérito acredita que chefe do Poder Executivo anunciará decisão na próxima semana, em congresso mundial no Rio

O SENADOR MAGNO Malta (PR-ES) disse ontem esperar que o presidente Lula sancione na próxima semana, no Rio de Janeiro – durante o Congresso Mundial de Enfrentamento ao Abuso contra Crianças –, o projeto de lei que aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminaliza a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet (PLS 250/08 ou PL 3.773/08, na Câmara). O parlamentar pediu às pessoas que liguem para o Alô Senado (0800 61 2211) e digam se con-



Foto: Pereira

Magno Malta pede às pessoas que liguem para o Alô Senado a fim de se manifestar sobre projeto

cordam ou não com a tipificação penal da pedofilia.

Malta cumprimentou as operadoras de telefonia que se prontificaram a colaborar com a CPI da Pedofilia assim que

viram as imagens veiculadas pela internet por pedófilos. De acordo com ele, as operadoras vão assinar um termo de ajuste de conduta para que, nos casos de crianças em situação de risco, a quebra de sigilo se dê em apenas duas horas.

O senador João Pedro (PT-AM) disse, em aparte, que Magno Malta realizou um dos grandes trabalhos de 2008 no Senado.

– Só de tirar esse muro invisível que encobria o crime e o horror já é um grande trabalho – assinalou o representante do estado do Amazonas.

Tuma destaca ação policial que prendeu foragido norte-americano

Romeu Tuma (PTB-SP) destacou operação conjunta do Ministério Público do Rio de Janeiro, Interpol, Polícia Federal e embaixada americana que resultou na prisão do norte-americano Eric Andrew Graig, 40 anos, condenado no estado da Louisiana por prática de crimes sexuais contra adolescentes. A operação foi realizada no último dia 17.

Foragido da Justiça dos Estados Unidos há sete anos, e há pelo menos seis residindo na capital carioca, Eric Graig, que é investigado em mais dois estados norte-americanos por crimes da mesma espécie, teve sua prisão respaldada em mandado expedido pelo Supremo Tribunal Federal, atendendo a um

pedido de extradição enviado pelo governo americano.

Segundo Tuma, essa prisão acentua a importância dos trabalhos desenvolvidos pela CPI da Pedofilia sob a presidência de Magno Malta.

– A CPI vem desenvolvendo um trabalho sério e tem alcançado aquilo que é necessário – afirmou Tuma, destacando ainda a aprovação recente, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de autoria da comissão que aprimora o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil.

Consciência negra

Romeu Tuma também saudou



Foto: Gerardo Viegas

Romeu Tuma também lembra o Dia da Consciência Negra

a passagem do Dia da Consciência Negra, comemorado ontem em diversas cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo. O senador ressaltou que a população da capital é resultado da fusão de várias raças que contribuíram para a grandeza da metrópole e do estado de São Paulo.



Foto: Botelho

Senador afirma que tipo 4 da doença pode entrar no país por Roraima

Augusto Botelho adverte para o perigo da dengue

Augusto Botelho (PT-RR) registrou o aumento, em Roraima, do índice de infestação por *Aedes aegypti*, calculado anualmente pelo Ministério da Saúde, o que colocou o estado no patamar de “situação de alerta”. Essa elevação, afirmou o senador, exige a continuidade de ações de prevenção e combate para evitar que o cenário evolua para uma situação de risco de surto da dengue.

– Não podemos ficar parados, congelados, numa espécie de fatalismo – disse ele, em discurso realizado ontem, frisando que é preciso agir antes que as condições se tornem adequadas ao mosquito.

Augusto lembrou que o primeiro surto de dengue depois de a doença ter sido considerada erradicada ocorreu em Roraima, em 1981. Ele acrescentou que no seu estado “também mora o perigo” de o país receber mais uma modalidade do vírus, o tipo 4, já presente na Venezuela. No Brasil existem três tipos, informou o senador, e o fato de haver mais um circulando agrava a situação, já que o doente só adquire imunidade ao vírus pelo qual foi infestado e, quando adoece novamente, corre mais risco de ser atingido pela forma mais grave da doença – a dengue hemorrágica.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Mão Santa • Jayme Campos • Augusto Botelho

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão de Direitos Humanos lança, durante audiência pública, o evento 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres



Deputada Sandra Rosado (E, na primeira foto), ministra Nilcéa Freire, senador Paulo Paim, Marlene Libardoni, da Agende, e Tais Santos, da Unfpa, são acompanhados por senadores e convidados para o debate



Fotos: José Cruz

Cultura da paz está ligada à educação, afirma José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) afirmou que uma campanha contra todos os tipos de violência e por uma cultura de paz deve ser tarefa permanente das instituições e da sociedade. A declaração foi feita na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

– Todos nós sonhamos com o dia em que nenhum ser humano venha a ser vítima de qualquer tipo de violência, mas é sempre importante lembrar que a possibilidade de uma cultura de paz está ligada à educação – ressaltou.

O promotor do Núcleo de Gênero Pró-Mulher do Ministério Público do Distrito Federal, Fausto Rodrigues de Lima, falou sobre a grande mudança na cultura brasileira que representa a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), que prevê punições à violência contra a mulher.

Legislação brasileira considerava a agressão um assunto privado, exclusivo do casal

Submissão

Segundo Fausto Lima, até o fim do século 20 a visão da legislação brasileira era de que não se devia intervir em brigas de casais, mesmo em casos graves de agressão contra as mulheres. O assunto era considerado privado, disse, fora do alcance das autoridades, e na hierarquia das leis as mulheres eram vistas como inferiores. Achava-se também, acrescentou, que elas deviam submissão aos maridos.

– A sociedade brasileira sempre autorizou a violência contra as mulheres, inclusive por meio de leis que deram direito aos maridos de castigá-las e matar as suspeitas de adultério – frisou o promotor.

Fausto Lima disse que, até recentemente, a doutrina da harmonia familiar norteava a Justiça brasileira e acabava servindo para manter “uma sociedade em que os homens batem e as mulheres se submetem”. Sob essa visão, a reconciliação era sempre buscada, mesmo quando a mulher era vítima de violência e buscava a ajuda do Estado, que, “baseado em uma visão machista e patriarcal”, jamais punia o homem.

Lima salientou ainda que, no fim do século 20, a doutrina da harmonia familiar foi deixando de ser aceita. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha foi um marco, porque o Estado passou a ter o poder de manter o processo mesmo que a vítima quisesse desistir da queixa. Porém, informou, até hoje grande número de magistrados usa a doutrina da harmonia familiar, busca a “conciliação” e não aplica a legislação.

– Mas, com a Lei Maria da Penha, o crime contra a mulher é visto como uma violação dos direitos humanos, e a responsabilidade de apuração é do Estado, não das vítimas – observou o promotor.

Campanha pede o fim da violência contra a mulher

NO LANÇAMENTO NACIONAL da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire, afirmou que todos os brasileiros têm um papel a cumprir na redução das agressões em geral, e não apenas daquela praticada contra as mulheres. O evento foi realizado ontem, para coincidir com o Dia Nacional da Consciência Negra, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Só teremos um país mais justo, com desenvolvimento pleno, se não tivermos mais violência nas ruas e em casa. E essa é uma tarefa que cabe a todos nós – disse Nilcéa Freire, co-promotora da campanha, que é mundial.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) concordou com a afirmação da ministra. Para ele, deveria haver um índice que medisse a violência contra as mulheres, da mesma forma que indicadores mensuram a atividade econômica, exemplificou. Dessa forma, acredita o senador, haveria um referencial que seria expressivo, inclusive, “para nos envergonharmos”, e também um referencial para o trabalho de “zerar” a violência.

– Em geral, valorizamos muito os fatos econômicos em detrimento da educação – comentou Mesquita Júnior.

O parlamentar sugeriu que os atos de violência contra as mulheres passem a ser considerados crimes hediondos. Conforme o senador, é preciso não só interromper esse uso da força, mas introduzir a prática do amor e do respeito em relação às mulheres.

– É inadmissível um crime que atenta contra a matriz da vida humana. Precisamos

refletir sobre a possibilidade de avançarmos ainda mais na punição da violência contra as mulheres, para aterrorizarmos aqueles que se acham no direito de agredi-las – frisou.

História

O processo de instituição, em 1991, da campanha 16 Dias de Ativismo foi apresentado pela diretora-executiva da organização Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (Agende), Marlene Libardoni. Emocionada, ela falou da história da luta contra esse constrangimento físico e ressaltou que a aprovação da Lei Maria da Penha permitiu que, finalmente, o movimento chegasse “às massas”.

– O objetivo é sensibilizar a população sobre a violência contra as mulheres. A campanha aponta para um futuro positivo, um futuro sem violência – observou o parlamentar.

A reunião ocorreu por requerimento do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Também participaram do evento os senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Romeu Tuma (PTB-SP).

A campanha é uma mobilização educativa de luta pela erradicação desse tipo de agressão e pela garantia dos direitos humanos. A iniciativa é realizada, em âmbito mundial, de 25 de novembro a 10 de dezembro. No Brasil, começa mais cedo – 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra –, como forma de destacar a mulher negra, que, segundo os organizadores, sofre dupla discriminação: a de raça e a de gênero.

Outras informações sobre o movimento podem ser obtidas no site criado para divulgar os quase 18 anos de atividades: www.campanha16dias.org.br.

Aplicação da Lei Maria da Penha recebe apoio

A aplicação da Lei Maria da Penha foi defendida ontem pelos participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Parlamentares e especialistas, além de apoiarem a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, também defenderam outra – Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres –, que vem recolhendo assinaturas entre os homens brasileiros.

Sancionada em 2006, a Lei Maria da Penha alterou o Código Penal para punir com mais rigor a violência doméstica contra as mulheres. Essa norma legal permite, por exemplo, que os agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. Também acabou com a possibilidade de eles serem punidos apenas com o pagamento de cestas básicas ou multas em dinheiro.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que se sente constrangido com o alto índice de agressão contra as mulheres no Distrito Federal. Já Romeu Tuma (PTB-SP) declarou que, com a lei, “as mulheres começaram a ter coragem de denunciar a violência, procurar as delegacias e processar os maridos agressores”.

Engajamento

Fátima Cleide (PT-RO) disse que os parlamentares e os funcionários da Casa devem engajar-se nas duas campanhas. A ex-senadora gaúcha Emilia Fernandes, ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, também defendeu a aplicação da lei.

Sobre a campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres, a deputada Sandra Rosado (PSB-RN), coordenadora da bancada feminina na Câmara, salientou que

Tuma: as mulheres começaram a ter coragem de denunciar os maridos agressores

o objetivo é obter 100 mil assinaturas, a serem entregues à Organização das Nações Unidas (ONU) e, dessa forma, associar as duas campanhas. Entre as medidas defendidas pelo movimento está “a implementação integral da Lei Maria

da Penha”.

Tais Santos, do Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa), ressaltou que a lei é necessária, mas não suficiente. Segundo ela, também é necessário garantir recursos orçamentários para a sua aplicação. Observou ainda que é preciso um engajamento maior do Judiciário. Ao mencionar a atuação conjunta da Unfpa com outras organizações, Tais destacou as atividades da entidade Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende).

A deputada distrital Erika Kokay (PT) declarou que a Lei Maria da Penha “foi tecida com um misto de muita dor, muitos hematomas na pele e na alma, mas ao mesmo tempo com muita esperança de se construir uma condição tão negada”.

São 24 pedidos para liberação de recursos do Orçamento da União que devem beneficiar, entre outros, a Petrobras e os ministérios da Justiça e da Defesa

Congresso aprova créditos adicionais de R\$ 18,8 bilhões

DEPUTADOS E SENADORES aprovaram ontem, em sessão do Congresso Nacional, 24 pedidos de abertura de crédito adicional ao Orçamento de 2008, no valor total de R\$ 18,8 bilhões. Entre as matérias, 17 projetos se referem a créditos suplementares e sete a solicitações de créditos especiais.

Os suplementares e especiais são modalidades de créditos adicionais utilizados para retificar a peça orçamentária durante a sua execução. Os especiais destinam-se a despesas para as quais não exista dotação orçamentária; já os suplementares reforçam dotações já existentes no Orçamento.

Entre os pedidos que receberam voto favorável, encontram-se dois em favor de empresas do Grupo Petrobras. O primeiro deles (PLN 48/08-CN) libera crédito especial de R\$ 4,7 bilhões para a estatal. O segundo projeto (PLN 53/08-CN) concede R\$ 7,6 bilhões de crédito complementar a empresas do mesmo grupo.

Durante a apreciação da última solicitação de abertura de crédito para a Petrobras, o senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra a utilização de recursos originários de receitas do Orçamento da Seguridade Social para aplicação no Orçamento Fiscal da União.

– Se a seguridade social é de-

ficitária, como nós destinamos recursos a outras áreas? – questionou o parlamentar.

Outro projeto aprovado (PLN 64/08-CN) destina R\$ 587,85 milhões para os ministérios da Justiça e da Defesa. Ao discutir a matéria, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) criticou o governo por obter os recursos do crédito por meio do remanejamento de verbas do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Segundo o parlamentar, dos R\$ 587,85 milhões do PLN 64/08-CN, R\$ 300 milhões foram retirados do Pronasci, com prejuízo para o combate à violência nas principais metrópoles do país.



Garibaldi Alves preside sessão que reuniu senadores e deputados

Execução do Orçamento terá audiências públicas na próxima semana

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), no cumprimento de suas competências regimentais, realizará três audiências públicas na próxima semana. Na terça-feira, às 15h, receberá o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar Rodrigues, além de titulares ou representantes de diversas pastas ministeriais para discutir problemas relacionados à execução de obras que integram o Orçamento da União de 2008.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, será a figura central do debate pre-

visto para quarta-feira. A partir das 14h, ele prestará esclarecimentos sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial referentes ao primeiro semestre de 2008, conforme requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A atenção dos parlamentares deverá estender-se, ainda, aos problemas relacionados à crise financeira global e seus impactos no país.

TCU, Banco Central, Tesouro Nacional e Dnit são alguns órgãos que estarão representados

Na quinta-feira, às 10h, comparecerá à CMO o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, para falar aos integrantes do colegiado sobre o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2008 e, também, das determinações da LRF.

Na audiência com o presidente do TCU, a Comissão de Orçamento estará adotando um novo formato de debates so-

bre obras com problemas em sua execução. Dessa vez, para imediato esclarecimento dos fatos apontados, participam representantes dos ministérios e dos órgãos mais citados no relatório em que o tribunal listou 48 obras com indícios de irregularidades graves.

Foram convidados a prestar informações os ministérios da Integração Nacional, das Cidades e Turismo, além do diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antônio Pagot, e do presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estru-

tura Aeroportuária (Infraero), Sérgio Gaudenzi.

O documento do TCU é elaborado anualmente por determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois de examinado pela CMO, o relatório passa a integrar, como um de seus anexos, a proposta orçamentária do exercício seguinte. Ao votar o parecer da comissão sobre o projeto orçamentário, o Congresso também dá a palavra final sobre as obras que ficarão interrompidas. Os recursos, no entanto, voltam a ser liberados após a correção dos problemas apontados pelo tribunal.

Lucia Vânia destaca proposta de mais prazo para o Simples

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou a intenção do governo federal de postergar em até 60 dias o pagamento do Simples Nacional – Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte –, que reúne em uma só alíquota oito impostos federais, estaduais e municipais. Seriam beneficiados 3 milhões de micro e pequenas empresas adotantes do regime especial de tributação.

– Prorrogar o Simples é uma medida importante. Ao permitir um maior capital de giro, aumenta-se a capacidade de sobrevivência das micro e pequenas empresas neste momento delicado economicamente – declarou a senadora, em Plenário, na tarde de ontem.

A proposta ainda deve ser discutida pelo Conselho de Gestão do Simples, já que a arrecadação de estados e municípios também será afetada. A postergação da cobrança em dois meses significaria um impacto de cerca de R\$ 4 bilhões nas receitas dos três entes federados.

Lúcia Vânia destacou o fato



Senadora: anúncio ocorreu após reunião entre Lula, Mantega e Serra

de a medida em estudo ter sido anunciada após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o governador de São Paulo, José Serra. A senadora enalteceu as “qualidades do homem responsável e do gestor público José Serra”, que dialogou com o governo a respeito da medida e adotou mecanismos no estado para minimizar os efeitos da crise financeira mundial, como o investimento de R\$ 8 bilhões, em parceria com o Banco do Brasil, para reduzir as taxas dos financiamentos de automóveis.

Senadores vão a fórum global no México

Os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Renato Casagrande (PSB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) participam, de hoje até domingo, na Cidade do México, da primeira reunião do Fórum da Globe de Legisladores das Américas. O encontro tem como objetivo avaliar uma estratégia para o continente no enfrentamento do duplo desafio das crises financeira e climática e, como consequência, facilitar o diálogo entre os legisladores, antes das negociações do acordo sobre o aquecimento global a ser apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em dezembro, na Polônia.

A Globe de Legisladores das Américas é parte da Globe Internacional, uma associação que reúne parlamentares de todo o mundo. Este será o primeiro encontro de legisladores de todos os países do continente americano. O Brasil será ainda representado pelo deputado Antonio Palocci.

Escassez de crédito prejudica a agropecuária, alerta Goellner

Gilberto Goellner (DEM-MT) afirmou que o agronegócio é um dos setores mais prejudicados pela crise financeira internacional. De acordo com ele, a escassez de crédito prejudica, sobretudo, os produtores rurais no plantio da safra 2008-2009, que precisam contar com recursos para o financiamento das lavouras.

O senador reiterou que os órgãos operacionais do governo não devem se preocupar somente em destinar os recursos necessários à implementação de programas de apoio aos produtores rurais, mas garantir que as verbas cheguem ao campo sempre que necessário.

Goellner lembrou que emendas destinadas ao Orçamento da União para 2009, aprovadas pela Comissão de Agricultura, poderão favorecer o agronegócio.

As emendas suplementam os recursos destinados à assistência técnica prestada aos produtores rurais; dinamizam a estrutura oficial de pesquisa agropecuária; promovem meios para a regularização de imóveis rurais; fortalecem o controle de pragas vegetais; e reforçam o programa de garantia de sustentação de



Goellner diz que produtores precisam de recursos para a safra 2008-2009

preços na comercialização de produtos agropecuários.

– Estou convencido de que esse reforço complementar as medidas já adotadas pelo Executivo para dar mais segurança às atividades do setor agropecuário.

Em aparte, Jayme Campos (DEM-MT) ressaltou que o agronegócio contribui, em média, com 34% do produto interno bruto (PIB) do país, mas não tem recebido o tratamento que merece.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o governo federal deve investir em setores produtivos para a sociedade.